



REPRESENTAÇÕES SOCIAIS E MULHER TRABALHADORA: IMPLICAÇÕES DO IMAGINÁRIO SOCIAL NA (RE)PRODUÇÃO DE DESIGUALDADES DE GÊNERO NO MERCADO DE TRABALHO¹

Pablo Luiz Teixeira Gomes de Moraes²
Flávio Badaró Cotrim³

Resumo

O presente trabalho se propõe a analisar, a partir do método de pesquisa bibliográfica, como as representações sociais, ou imagens socialmente partilhadas, afetam a realidade da mulher trabalhadora no mercado de trabalho. Foram adotados como objetivos a conceituação de representações sociais, sua dinâmica social e suas implicações na imagem da mulher trabalhadora e na (re)produção da desigualdade de gênero no trabalho. É concluído que as representações socialmente partilhadas sobre a mulher afetam negativamente a sua inserção em igualdade de condições no mercado de trabalho, uma vez que atuam consistentemente na reprodução de situações de desigualdade de gênero.

Palavras-chave: Mulher trabalhadora. Representações sociais. Desigualdade de gênero.

Introdução

Atualmente é sabido que a população de mulheres já representa um contingente populacional maior que o dos homens no país (segundo dados do IBGE de 2014, a população de mulheres representa aproximadamente 51% de toda a população brasileira)⁴. No que diz respeito à população de mulheres acima de 16 anos, é entendido que 90% de todo o grupo exerce algum tipo de atividade

¹ Artigo apresentado como requisito para obtenção de título de especialista em Gestão de Políticas Públicas em Gênero e Raça pela Universidade Federal de Viçosa (UFV).

² Psicólogo especialista em Gestão de Políticas Públicas em Gênero e Raça pela UFV. Email: pablo.degomes@yahoo.com.br.

³ Professor orientador no curso GPPGeR, doutorando em Ciência Política na UNB. Email: flaviobadaro@gmail.com.

⁴ IBGE. Estatísticas de Gênero: uma análise dos resultados do censo demográfico 2010. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Rio de Janeiro: *Estudos & Pesquisas: informação demográfica e socioeconômica*. N° 33, 2014. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=288941>>. Acesso em: 15 de Setembro de 2015.

ocupacional formal ou informal, remunerada ou não; e 54,6% consiste em um subgrupo economicamente ativo no cenário social (IBGE), o que concomitantemente demonstra o considerável peso e relevância da força de trabalho da mulher sobre o mercado de trabalho e também sobre a economia do país.

Tal cenário, marcado por essa visível importância das mulheres para o mercado de trabalho e também para a economia do país, que é apontado pelos dados do IBGE, vem sendo construído há décadas a partir do aumento de participação das mulheres nos postos de trabalho⁵.

Um estudo, realizado por Sergei Soares e Rejane Sayuri Izaki, corrobora as informações acerca do aumento da participação da mulher trabalhadora no mercado de trabalho nas últimas décadas. Os autores afirmam que:

Em 1977, 32% das mulheres de 10 anos ou mais e 39% das mulheres dos 16 aos 60 anos participavam do mercado de trabalho; as taxas equivalentes eram 73% e 88% para os homens. Vinte e quatro anos mais tarde, em 2001, as taxas masculinas pouco tinham mudado – 72% e 87% - mas as femininas aumentaram para 46% e 58%⁶.

Além desse enorme crescimento da participação feminina no mercado de trabalho, os autores supracitados também indicam que o hiato (diferença) entre as taxas de participação de mulheres e homens no mercado de trabalho (no que concerne à participação de indivíduos de 10 anos ou mais), foi reduzido de 41 para 26 pontos, uma redução de 15 pontos percentuais em um período de 21 anos⁷.

Esse crescimento da participação da mulher trabalhadora no mercado de trabalho se justifica a partir de diferentes necessidades manifestadas por essa população, entre elas: prover financeiramente o lar, desenvolver e realizar a si mesma profissionalmente, conquistar a autonomia que sempre esteve comprometida a partir de sua subordinação aos homens⁸ e também se justifica a partir do aumento do nível educacional das mulheres (principalmente as cônjuges), variável responsável

⁵ MARQUES, Lilian Arruda; SANCHES, Solange. Desigualdades de gênero e raça no mercado de trabalho: tendências recentes. In: ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. *Igualdade de gênero e raça no trabalho: avanços e desafios*. Brasília: OIT, 2010, p. 51-79. Disponível em: <<http://www.oitbrasil.org.br/node/262>>. Acesso em: 03 de Outubro de 2015.

⁶ SOARES, Sergei. IZAKI, Rejane Sayuri. A participação feminina no mercado de trabalho. Instituto de Pesquisa Aplicada (IPEA). Rio de Janeiro: Texto para Discussão nº 923, dezembro de 2002. Disponível: <http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&id=4156> Acesso em: 22 de Setembro de 2015.

⁷ Ibidem.

⁸ MARQUES; SANCHES, op. cit., p. 56.

por 59% do aumento da taxa de participação feminina no mercado de trabalho no período estudado por Soares e Izaki⁹.

Abramo também concorda com o ponto de vista de que a mulher vem aumentando a sua participação no mercado de trabalho; a autora afirma que:

As taxas de participação e ocupação femininas têm aumentado consistentemente nos últimos 30 anos, como também tem aumentado o número dos anos que elas dedicam ao trabalho remunerado, a continuidade das suas trajetórias ocupacionais e a sua participação nos rendimentos familiares. Também é crescente o número de mulheres "chefes de família", condição na qual elas, em geral, são as principais ou únicas provedoras (segundo os dados do IBGE, 27% das famílias no Brasil são chefiadas por mulheres)¹⁰.

Ou seja, ao observar de forma mais detalhada a evolução da participação da mulher no mercado de trabalho remunerado (segundo a autora anteriormente citada) é percebido que não ocorreu apenas o aumento dessa participação, mas houve também o aumento da dedicação e do tempo de dedicação à atividade remunerada, assim como a construção de trajetórias ocupacionais ou profissionais. A autora (como observado anteriormente) destaca também o reflexo disso na participação da mulher nos rendimentos familiares, uma vez que, ao se dedicar mais tempo a alguma atividade remunerada, é criada a oportunidade de empoderamento da mulher no meio familiar a partir da maior participação no orçamento desta.

Em contraposição a todos esses avanços relacionados ao aumento da participação da mulher no mercado de trabalho, autores afirmam que as desigualdades que existem entre mulheres e homens, no que tange a muitas questões relacionadas ao trabalho, ainda persistem e se manifestam de forma acentuada nas relações de gênero no mercado de trabalho. Marques e Sanches exemplificam de certa forma o exposto ao afirmar que:

Em 2006, a taxa de desemprego total das pessoas acima de 16 anos foi de 8,4%. Entre os negros, o desemprego foi de 9,4%, e, entre os brancos, de 7,4% (uma diferença de dois pontos percentuais). Mas, na comparação entre os sexos, vê-se que, para as mulheres, a taxa foi de 11% e, para os homens, 6,3% (uma diferença de quase 5 pontos). Isso demonstra o peso relevante da dimensão de gênero sobre as oportunidades de acesso e de

⁹ SOARES; IZAKI, op. cit.

¹⁰ ABRAMO, L. W. A inserção da mulher no mercado de trabalho: uma força de trabalho secundária? 2007. 327 f. Tese (Doutorado em Sociologia) - Departamento de Sociologia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2007.

manutenção dos postos de trabalho – e o peso negativo que recai sobre as mulheres¹¹.

Além da considerável diferença observada por meio das taxas de desemprego por grupos específicos (é percebido que o grupo representado pelas mulheres apresenta a maior taxa de desemprego entre todos os grupos analisados) é sabido que as mulheres têm, de uma forma geral, um menor rendimento por hora trabalhada quando comparado com o rendimento dos homens; estão proporcionalmente mais presentes em setores informais e precarizados do mercado de trabalho¹²; e estão mais propensas a se submeter a situações de discriminação, submissão e desvalorização, atitudes comumente presentes nas relações de gênero no trabalho¹³.

Hirata¹⁴ concorda com as contradições apresentadas pelos outros autores e acrescenta que elas consistem em um dos paradoxos da globalização (tomada a partir de uma perspectiva de gênero), que, por meio da liberalização do comércio e intensificação da concorrência internacional, aumentou significativamente o número de empregos assalariados para as mulheres, mas também teve como consequência o aumento da precarização e vulnerabilidade desses empregos.

Tal situação de desigualdade social que é vivenciada pela mulher no mercado de trabalho, segundo Abramo¹⁵, é um processo que se reproduz a partir de diferentes fatores. A autora afirma que, primeiramente, incidem fatores de ordem estrutural, associados tanto ao gênero feminino quanto ao masculino, que estabelecem uma ordem entre os gêneros, sendo passível de estabelecer relações hierárquicas entre mulheres e homens; além do mais incidem os fatores associados à divisão sexual do trabalho, que reparte o mundo do trabalho em duas vertentes, uma "mais própria" para o público masculino (normalmente mais valorizada) e uma "mais própria" para o público feminino (normalmente associada a atividades precarizadas e menos

¹¹ MARQUES; SANCHES, op. cit., p. 61.

¹² ABRAMO, op. cit.

¹³ MORAES, Eunice Léa de. A política de promoção da igualdade de gênero e a relação com o trabalho. In: ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. *Igualdade de Gênero e Raça no Trabalho: avanços e desafios*. Brasília: OIT, 2010, p. 83-100. Disponível em: <<http://www.oitbrasil.org.br/node/262>>. Acesso em: 07 de Outubro de 2015.

¹⁴ HIRATA, Helena. Por quem os sinos dobram? Globalização e divisão sexual do trabalho. In: EMÍLIO, Marli; TEIXEIRA, Marilane; NOBRE, Miriam; GODINHO, Tatau. (Orgs). *Trabalho e cidadania ativa para as mulheres: desafios para as políticas públicas*. São Paulo: Coordenadoria Especial da Mulher, 2003, p. 15-30.

¹⁵ ABRAMO, op. cit.

valorizadas). Essa divisão sexual do trabalho, segundo Kergoat¹⁶, consiste em uma forma de divisão do trabalho social que se fundamenta nas relações de sexo, divisão essa que tem por características a destinação do público masculino para a esfera produtiva e a destinação do público feminino para a esfera reprodutiva, o que conseqüentemente acarreta a tomada pelos homens das atividades com maior valor agregado, tais como a política, a religião, etc.

Acontece que, na gênese dos fatores mencionados que incidem sobre o processo de reprodução das desigualdades de gênero no mercado de trabalho, Abramo¹⁷ afirma existir estereótipos de gênero ou representações sociais sobre a mulher trabalhadora e sobre o homem trabalhador; esse fenômeno é considerado, portanto, um elemento constitutivo da ordem de gênero que pode ser observada em diferentes setores do mundo do trabalho.

Levando em consideração as pontuações de diferentes autores sobre o fenômeno das representações sociais como um elemento constitutivo da desigualdade de gênero no mercado de trabalho é entendida como importante a compreensão do conceito de representações sociais, bem como de sua dinâmica na criação de estereótipos e/ou conceitos concebidos previamente e conseqüentes implicações sobre as relações de gênero no mundo do trabalho.

As representações sociais e a relação objetal

Em toda e qualquer relação que um determinado indivíduo estabelece com outros indivíduos ou grupos, com objetos ou até mesmo com ideias ou conceitos, está presente o fenômeno das representações sociais como moduladores da relação estabelecida. Todo significado que os indivíduos são capazes de atribuir ao objeto da relação está, de certa forma, determinado pelas representações sociais que circundam o seu meio, ou que estão inscritas em sua história¹⁸. Assim sendo, as representações sociais compõem um fenômeno de importância indiscutível para a compreensão das relações sociais, sejam elas entre indivíduos, grupos ou ambos e sejam elas carregadas de conceitos concebidos previamente negativos ou não.

¹⁶ KERGOAT, Danièle. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. In: EMÍLIO, Marli; TEIXEIRA, Marilane; NOBRE, Miriam; GODINHO, Tatau. (Orgs). *Trabalho e cidadania ativa para as mulheres: desafios para as políticas públicas*. São Paulo: Coordenadoria Especial da Mulher, 2003, p. 55-63.

¹⁷ ABRAMO, op. cit.

¹⁸ MOSCOVICI, Serge. *Representações sociais: investigações em psicologia social*. Petrópolis/RJ: Vozes, 2007.

Uma representação social, segundo Lo Monaco e Lheureux¹⁹, consiste em um conjunto de informações, crenças, opiniões, atitudes, etc. a respeito de um determinado objeto, sendo que também acrescentam que as representações sociais se comportam como estruturas cognitivas ou conhecimentos socialmente compartilhados, constituídos por diversos fatores que de certa forma estão associados ao objeto da representação. Moscovici²⁰, por sua vez, afirma que a representação social, em seu aspecto conceitual, reapresenta ou atualiza um ser (ou objeto) que não esta eventualmente presente à consciência dos indivíduos por meio de qualidades ou características que lhe foram anteriormente atribuídas ou percebidas. É entendido, portanto, que a existência da representação social não depende propriamente da existência física ou eventual do ser ou objeto representado, pois consiste na ação de reapresentá-lo conceitualmente por meio de suas qualidades, apesar de também interferir quando se encontra presente ao indivíduo.

A representação social é um fenômeno que, além de atualizar ou reapresentar um determinado ser que não está eventualmente presente (como, por exemplo, uma criança que imagina um animal doméstico que ela não tem), é uma forma particular de compreender o mundo. Acerca disso, Moscovici afirma que:

As representações sociais devem ser vistas como uma maneira específica de compreender e comunicar o que nós já sabemos. Elas ocupam, com efeito, uma posição curiosa, em algum ponto entre conceitos, que têm como seu objetivo abstrair sentido do mundo e introduzir nele ordem e percepções, que reproduzam o mundo de uma forma significativa²¹.

Além de serem compreendidas como uma forma particular de perceber o mundo é importante assinalar que as representações sociais estão compreendidas entre a realidade psíquica do indivíduo e a realidade social na qual ele se encontra²². Ou seja, além das crenças e atitudes particulares do indivíduo que se encontra em relação aos objetos, existem as crenças, opiniões e atitudes que são compartilhadas pelo meio social no qual ele se encontra; em relação a isso Moscovici²³ informa existirem tantos universos de crenças e opiniões quantos grupos, classes ou culturas existem.

¹⁹ LO MONACO, Grégory; LHEUREUX, Florent. Représentations sociales: théorie du noyau central et méthodes d'études. In: *Revue électronique de Psychologie Sociale*, Paris, n° 01, p. 55-64, 2007. Disponível em: <<http://RePS.psychologie-sociale.org>>. Acesso em: 25 de outubro de 2015.

²⁰ MOSCOVICI, Serge. *El Psicoanálisis, su Imagen y su Público*. Buenos Aires: Huemul, 1979.

²¹ MOSCOVICI, op. cit.

²² LO MONACO; LHEUREUX, op. cit.

²³ MOSCOVICI, op. cit.

Portanto, as representações sociais compõem um fenômeno de grande implicação dentro da dinâmica de relações sociais, pois determinam a relação que os indivíduos ou até mesmo grupos mantêm com os objetos, são uma forma de apropriação do objeto, de torná-lo familiar àquele que o percebe ou o rerepresenta²⁴; também são responsáveis pela interpretação e/ou antecipação de uma determinada situação do mundo exterior, da forma que o indivíduo possa tomar posição diante dela (como, por exemplo, reconhecer o objeto “vírus HIV” e saber a forma de se prevenir do contágio)²⁵. É entendido, portanto, que as representações sociais abarcam todo o conjunto de ideias socialmente compartilhadas relacionadas a um determinado objeto que permitem ou facilitam a tomada de atitudes do indivíduo em relação a ele.

As representações sociais, portanto, familiarizam um determinado objeto a partir do reconhecimento ou evocação de ideias que o indivíduo tem acerca dele. A isso Moscovici acrescenta que:

Em primeiro lugar, elas convencionalizam os objetos, pessoas ou acontecimentos que encontram. Elas lhe dão uma forma definitiva, as localizam em uma determinada categoria e gradualmente as colocam como um modelo de determinado tipo, distinto e partilhado por um grupo de pessoas. Todos os novos elementos se juntam a esse modelo e se sintetizam nele²⁶.

Ou seja, as representações sociais são responsáveis por categorizar os objetos, o que, segundo o autor anteriormente citado, torna o objeto parcialmente inacessível para aquele que o representa, uma vez que as representações sociais distorcem as informações originais do objeto da relação em detrimento da imposição de informações partilhadas socialmente sobre ele. Segundo o autor, memórias, imagens e hábitos relacionados ao objeto que os indivíduos preservam em si se reúnem para fazer com que o objeto tome uma determinada forma.

É importante ressaltar que as representações sociais constituem ou estão presentes em todas as interações entre indivíduos/grupos e que, mesmo quando o objeto da representação não pode ser caracterizado a partir de uma categoria, ele é forçado a ser interpretado a partir de uma específica para que se torne compreensível para o indivíduo da relação, ou então o objeto não será satisfatoriamente apropriado por parte deste.

²⁴ Idem.

²⁵ LO MONACO; LHEUREUX, op. cit.

²⁶ MOSCOVICI, op. cit.

Coisas que não são classificadas e que não possuam nome são estranhas, não existentes e ao mesmo tempo ameaçadoras. Nós experimentamos uma resistência, um distanciamento, quando não somos capazes de avaliar algo, de descrevê-lo a nós mesmos ou a outras pessoas. O primeiro passo para superar essa resistência, em direção a conciliação de um objeto ou pessoa, acontece quando nós somos capazes de colocar esse objeto ou pessoa em uma determinada categoria, de rotulá-lo com um nome conhecido.²⁷

É percebido, portanto, que os objetos não categorizados se tornam estranhos e ameaçadores para o indivíduo, uma vez que este não dispõe de informações, ideias, opiniões, etc. suficientes para representar o objeto, para inseri-lo em uma determinada categoria que lhe é familiar.

É importante assinalar que, a partir do momento em que um objeto é categorizado, ele naturalmente passa a ser compreendido pelas opiniões que se tem dessa determinada categoria; ele se torna um objeto semelhante aos demais objetos que compõem a categoria. Moscovici acrescenta que:

Classificar algo significa que nos o confinamos a um conjunto de comportamentos e regras que estipulam o que é, ou não é, permitido, em relação a todos os indivíduos pertencentes a essa classe. Quando classificamos uma pessoa como marxista, diabo marinho ou leitor do *The Times*, nós a confinamos a um conjunto de limites linguísticos, espaciais e comportamentais e a certos hábitos. E se nós, então, chegamos ao ponto de deixá-lo saber o que nós fizemos, nós levaremos nossa interferência ao ponto de influenciá-lo, pelo fato de formularmos exigências específicas relacionadas a nossas expectativas²⁸.

O efeito das representações sociais no relacionamento indivíduo/objeto, conforme foi observado por Moscovici²⁹, além de forçar um determinado indivíduo a interpretar a realidade do objeto a partir de ideias ou conceitos partilhados socialmente e concebidos anteriormente, limitando sua percepção apenas às características às quais está condicionado pelas convenções a perceber, impacta seu comportamento perante o objeto, uma vez que ele se comportará a partir das expectativas (representações sociais) que tem sobre as possíveis ações/reações do objeto.

O autor, ao discursar sobre a influência das representações sociais sobre o comportamento dos indivíduos, compara aquelas a uma forma de “preparação para a ação”, uma vez que, além de direcionar o comportamento, elas dão sentido a este e modelam os elementos do meio social ao qual o comportamento tomará parte, isto

²⁷ Idem.

²⁸ Idem.

²⁹ Idem.

para que ocorra uma integração entre o comportamento e a rede de relações que o conecta ao objeto da relação ³⁰.

Uma vez que as representações sociais compõem um fenômeno que se fundamenta em crenças, ideias, opiniões, atitudes, etc. compartilhadas socialmente, sujeitas às convenções sociais e concebidas anteriormente à relação com o objeto, vale ressaltar que representam grande importância nos sistemas que sustentam o preconceito contra um determinado indivíduo ou grupo. Moscovici³¹ afirma que esses sistemas, a exemplo de qualquer outra representação social, são passíveis de serem comunicados entre as gerações e, quando presentes em uma determinada relação, impulsionam o indivíduo a compreender o objeto (que pode ser a imagem da mulher trabalhadora) sob a ótica do sistema de preconceitos.

Em sua pesquisa, que abordou as representações sociais sobre mulheres soropositivas (que convivem com o vírus HIV) e os cuidados recebidos por equipes de enfermagem, Santos³² situou bem o posicionamento das representações sociais na gênese do preconceito. A autora deixa claro em sua pesquisa que o contágio pelo vírus HIV normalmente está associado, para os indivíduos, à "morte certa", à "impossibilidade de cura" e ao "alto risco de contaminação", o que por sua vez são representações compartilhadas socialmente que não necessariamente caracterizam de forma objetiva o objeto (o vírus), mas, sim, evocam impressões, expectativas e comportamentos sobre ele fundamentados no senso comum.

Além do exemplo acima exposto, vale ressaltar que o preconceito, em sua conotação negativa, pode estar inserido em representações sociais concernentes a muitos objetos, sejam estas pessoas soropositivas, grupos minoritários, movimentos sociais, determinadas culturas, tipos de comportamento ou pensamento, entre centenas ou milhares de outros exemplos, sendo que pode ter como consequência a discriminação voltada contra o objeto e até mesmo a produção ou reprodução de desigualdades sociais embasadas nas representações socialmente compartilhadas.

Retornando então ao objeto inicialmente estudado, a mulher trabalhadora, é importante compreender como as representações sociais se apresentam e como atuam na base da reprodução das desigualdades que ela enfrenta no mercado de trabalho, reafirmando que a mulher trabalhadora ocupa uma posição de clara desvantagem quando comparada ao homem trabalhador.

³⁰ Idem.

³¹ Idem.

³² SANTOS, Nivalva de Andrade. Representações sociais de mulheres que vivem com o HIV/AIDS sobre AIDS, HIV e cuidado de enfermagem. 2013. 247 f. Tese (Doutorado em Enfermagem) - Escola de Enfermagem, Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2013.

O imaginário social e as desigualdades de gênero no trabalho

É acreditado que as representações sociais, que foram objeto de análise no capítulo anterior, cumprem um papel importante na gênese, na produção ou na reprodução da desigualdade de gênero à qual a mulher trabalhadora está submetida no mercado de trabalho. Moraes³³ afirma que as relações de gênero são desiguais em diferentes aspectos da vida das pessoas, sendo que, em sua manifestação no contexto do trabalho, a autora acrescenta que diferentes autores concordam com o fato de que uma multiplicidade de fatores, tais como aspectos socioeconômicos, aspectos individuais, divisão sexual do trabalho e também as representações a partir de imagens que se encontram em movimento constante, implicam a valorização do trabalho do homem e na desvalorização do trabalho da mulher

O ingresso da mulher trabalhadora no contexto do trabalho, conforme Moraes, ocorre influenciado por imagens que se tem da mulher ou por características supostamente intrínsecas da identidade feminina. A autora afirma que:

Em consequência do mito das "aptidões naturais" das mulheres – paciência, docilidade, habilidade manual –, a inserção da mulher no processo de produção acontece, frequentemente, em situação de desvantagem. A discriminação serve para justificar a exploração que sofre nos ambientes de trabalho, muitas vezes inseguros e insalubres, desprovidos até de instalações mínimas para a satisfação das necessidades elementares. Ainda como resultado de sua condição feminina, as mulheres são mantidas em funções monótonas, minuciosas e repetitivas que, com frequência, ocasionam problemas físicos e emocionais, como estresse, LER/DORT e disfunção sexual, que são então rotulados como doenças de mulheres ou maus hábitos pessoais³⁴.

É entendido, portanto, que as características apontadas pela autora (entre outras) seriam justificativas para a inserção desigual da mulher no contexto do trabalho, uma vez que são o argumento-chave para a inserção da mulher trabalhadora em atividades precarizadas do contexto do trabalho. Já em sua pesquisa sobre a secundarização do trabalho da mulher, Abramo³⁵ também observou que imagens socialmente partilhadas implicam negativamente na inserção da mulher no mercado de trabalho. Essas imagens foram denominadas "imagens de gênero" pela autora, que as conceituou como:

³³ MORAES, op. cit.

³⁴ Ibidem, p. 86.

³⁵ ABRAMO, op. cit.

Representações sobre as identidades masculina e feminina que são produzidas social e culturalmente, e que determinam, em grande medida, as oportunidades e formas de inserção de homens e mulheres no trabalho. Elas são parte constitutiva de uma ordem de gênero (que inclui não apenas o trabalho, como também todas as outras dimensões da vida social) e uma divisão sexual do trabalho que, ao mesmo tempo que conferem a mulher a função básica e primordial de cuidar do mundo privado e da esfera doméstica, atribuem a essa esfera um valor social inferior ao do mundo “público”, além de desconhecer por completo seu valor econômico³⁶.

Abramo³⁷ acrescenta que as imagens de gênero, responsáveis pela associação da mulher trabalhadora ao trabalho considerado como “secundário” (de menor valor), são constituídas de estereótipos formados sobre o comportamento das mulheres, sua situação, seu desempenho no trabalho, seu interesse na formação e desenvolvimento profissional, seu compromisso e também expectativas com o trabalho, muitos desses aspectos sendo interpretados de uma forma negativa ou como sendo inferiores aos atributos associados à identidade masculina, o que concomitantemente resulta na desvalorização do trabalho da mulher e em sua alocação em atividades precarizadas ou subalternas, condição oposta à do público masculino.

Analisando de forma mais específica as considerações de Moraes³⁸ sobre as “aptidões naturais” das mulheres e também as considerações de Abramo³⁹ sobre as “imagens de gênero” é percebido que existe uma grande aproximação de ambos os conceitos com o conceito de representações sociais, formulado por Moscovici⁴⁰, uma vez que as autoras abordam características ou estereótipos sobre as mulheres (no presente caso considerado como o objeto) que não necessariamente exprimem as verdadeiras características delas, mas, sim, a forma como são percebidas ou interpretadas pelo indivíduo da relação.

Fortino⁴¹, por sua vez, ao tratar o assunto dos estereótipos de gênero no contexto de miscigenação do trabalho (mulheres e homens ocupando cargos iguais), afirma ser determinante a representação das identidades feminina e masculina a partir de critérios tradicionais. A autora afirma que normalmente são associadas à

³⁶ ABRAMO, Lais Wendel. Introdução. In: ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. *Igualdade de gênero e raça no trabalho: avanços e desafios*. Brasília: OIT, p. 17-47, 2010.

³⁷ ABRAMO, op. cit.

³⁸ MORAES, op. cit.

³⁹ ABRAMO, op. cit.

⁴⁰ MOSCOVICI, op. cit.

⁴¹ FORTINO, Sabine. Mixité au travail, genre et conditions de travail: la construction sociale d'un processus. In: *Genre et conditions de travail: mixité, organization du travail, santé et gestion des âges*. Agence Nationale pour l'Amélioration des Conditions de Travail – ANACT, p. 24-43, 2009.

mulher qualidades como doçura, compaixão, ausência de ambição, ciúme, hipocrisia, empatia, inveja, fraqueza física, futilidade, etc. Esses atributos, entre outros, seriam a justificativa para a divisão sexual do trabalho, mesmo levando em consideração o contexto misto no trabalho.

A divisão sexual do trabalho, que foi abordada por Fortino⁴², é ilustrada a partir da reserva de determinadas funções ou tarefas para as mulheres levando em consideração suposições sobre suas competências, mesmo no contexto misto. Assim sendo, as funções que de certa forma mobilizam as “qualidades femininas”, que anteriormente foram citadas, são atribuídas às mulheres; já aos homens são atribuídas as funções que mobilizam competências ou qualidades normalmente associadas à identidade masculina, como, por exemplo, a franqueza, a violência, a disponibilidade, o dinamismo, a força física, entre outras. Assim sendo, Fortino⁴³ observa que a miscigenação nas ocupações não significa propriamente a miscigenação no trabalho, uma vez que a distribuição desigual das funções vem a confinar cada sexo em atividades sociais bem distintas entre si, fato esse fundamentado em acomodamentos de gênero que, segundo a autora, de pouco em pouco tomam a forma de uma “especialização sexuada” no trabalho.

Para Abramo, essas qualidades, que são atribuídas à identidade feminina, geram uma série de repercussões negativas para a realidade da mulher no mercado de trabalho. Abordando o imaginário das empresas sobre a mulher trabalhadora, a autora afirma que:

As imagens de gênero, tais como definidas na Introdução deste trabalho, estão na base das políticas de recursos humanos das empresas, no sentido de que influenciam fortemente, entre outras coisas, o grau e a natureza do investimento que os empresários estão dispostos a fazer em seu pessoal. A disposição de investimentos dos empresários nos seus recursos humanos é desigual conforme o gênero e está fortemente influenciada por essas imagens. Em outras palavras, está influenciada pelo que pensam os empresários sobre homens e mulheres trabalhadoras: seu valor, sua “utilidade” para a empresa, seu potencial, suas limitações e, a partir dessas percepções, pela avaliação da medida em que esses trabalhadores e trabalhadoras constituem recursos humanos nos quais vale a pena investir, ou não, e em qual proporção. Nesse sentido, as imagens de gênero guardam uma relação importante com as políticas de recrutamento, demissão, treinamento, remuneração e promoção dirigidas diferenciadamente a homens e mulheres⁴⁴.

Ainda afirma que as imagens sobre a mulher trabalhadora, partilhadas no meio empresarial, são fundamentadas em percepções ou crenças de que a admissão

⁴² Idem.

⁴³ Idem.

⁴⁴ ABRAMO, op. cit., p. 60.

dela está associada a situações que aumentam os custos de mão de obra para a empresa, tais como “altas taxas de absenteísmo, impontualidade e rotatividade”⁴⁵ e também como os direitos específicos da mulher trabalhadora (licença maternidade, direito à creche, etc.).

Esses pontos que foram destacados até então e que compõem o que Abramo⁴⁶ considerou como “imagens de gênero” e que se tratam no presente artigo como “representações sociais” são a base de sustentação da desigualdade de gênero à qual a mulher trabalhadora está submetida no mercado de trabalho, sendo que não têm sua existência criada propriamente no momento em que a mulher trabalhadora se insere dentro do mercado de trabalho, mas consiste em uma ordem de gênero anterior à inserção no contexto de trabalho. Acerca disso, Abramo discorre que:

Essas classificações e identidades (que conforme as imagens de gênero), produzidas originariamente fora e previamente à inserção dos indivíduos (homens e mulheres) no mundo do trabalho, são nele produzidas e (re)codificadas em termos das categorias próprias deste mundo, tais como os tipos e graus de qualificação, força, destreza, disciplina, produtividade, compromisso com a empresa, “adequação” ao mundo da empresa e do trabalho, etc.⁴⁷.

Ou seja, é percebido que as representações sociais sobre a mulher trabalhadora são originadas fora do contexto do trabalho e, quando transpostas à realidade deste, são reconfiguradas de uma forma que passam a dar sentido para o objeto em questão (mulher trabalhadora) no novo contexto. Abramo⁴⁸ considera que o imaginário que os indivíduos têm da mulher trabalhadora está fortemente associado ao imaginário que eles têm da mulher no contexto familiar e também na sociedade em geral, assim sendo, a inserção da mulher no mercado de trabalho está intensamente determinada pelas funções que ela desempenha no contexto doméstico. Moraes de certa forma reconhece a influência das representações sociais da mulher sobre a sua inserção no mercado de trabalho ao discorrer sobre as profissões supostamente consideradas “feminizadas”; a autora afirma que:

Nessa relação de gênero e trabalho, há fatores comuns à discriminação de gênero e à de etnia, raça/cor. Percebe-se que as atividades exercidas pelos homens, em especial pelos brancos, recebem da sociedade um poder, um reconhecimento e um valor maiores. Isso pode ser facilmente percebido no

⁴⁵ Ibidem, p. 60.

⁴⁶ Idem.

⁴⁷ Ibidem, p. 12.

⁴⁸ Idem.

mundo do trabalho quando se observam as profissões e ocupações feminizadas que tem alguma similitude com as tarefas domésticas e de cuidados da família: enfermeira, professora, secretária, assistente social. De maneira geral, todas essas ocupações são desvalorizadas e mal remuneradas⁴⁹.

É percebido que as ocupações classificadas por Moraes⁵⁰ como “desvalorizadas” apresentam, no que diz respeito às suas competências e funções, uma grande aproximação das funções atribuídas à mulher na esfera doméstica ou privada, como o cuidado com o ambiente doméstico e com a família⁵¹. Abramo ainda afirma que:

Essas associações, assim como várias outras, têm um substrato comum: uma imagem de mulher ligada ao seu papel de reprodutora e cuidadora, portanto, atrelada ao âmbito privado e doméstico, que se superpõem à imagem da mulher trabalhadora, definida no campo das relações, do mercado e do processo de trabalho. A imagem originária da mulher na família, como mãe, esposa e dona de casa, está sempre na base – e projetando a sua sombra – sobre a imagem da mulher trabalhadora⁵².

Essas imagens ou representações sobre a mulher que são socialmente partilhadas, segundo Abramo⁵³, são o substrato comum responsável pela “secundarização” da força de trabalho feminino perante a força de trabalho masculina, o que se manifesta em distintas situações de desigualdade social e também na discriminação no contexto do trabalho. É percebido que as considerações de Abramo⁵⁴ transpõem os limites da realidade do mercado de trabalho, incorporando na análise as relações de gênero no meio social e também sua construção histórica, considerando que ambos atuam na reprodução de padrões de hierarquização de gênero no meio social.

Considerações finais

Analisando todo o panorama tratado no artigo é observado que alguns autores discorrem sobre a implicação negativa das representações sociais sobre as desigualdades de gênero no mercado de trabalho. É percebido, no entanto, que as formas de manifestação da desigualdade de gênero discutidas no presente trabalho parecem estar substancialmente conectadas às representações sociais partilhadas

⁴⁹ MORAES, op. cit., p. 87.

⁵⁰ Ibidem.

⁵¹ ABRAMO, op. cit.

⁵² Idem, p. 61.

⁵³ Idem.

⁵⁴ Idem.

sobre a mulher de uma forma geral ou então parecem estar fundamentadas nelas. É retomado aqui um ponto de análise fundamental que consiste na verificação de que a imagem do papel da mulher na vida privada parece ser transposta para a vida pública (mais precisamente para o contexto do trabalho). No que tange à situação ou ao fenômeno da desigualdade em questão, tratada de forma mais específica, vale considerar que se configura e reconfigura de diferentes maneiras, estando atrelada às estratégias organizacionais de gestão de custos, às estratégias organizacionais de aumento da produtividade no ambiente de trabalho, ao relacionamento entre mulheres e homens no contexto de trabalho, à desvalorização de determinadas ocupações associadas ao papel feminino e até mesmo à distribuição desigual ou preconceituosa de funções entre homens e mulheres nos postos de trabalho. Vale ressaltar que esse panorama, que se desenvolve desde o compartilhamento das representações sociais sobre a mulher e a mulher trabalhadora até a sua manifestação concreta na desigualdade de gênero no contexto do trabalho, certamente impõe dificuldades consistentes no que tange ao acesso da mulher em igualdade de condições e também ao seu desenvolvimento profissional no mercado de trabalho.